

3.20.4. Subprograma de Elaboração de Plano de Oportunidades de Investimento e Fomento às Atividades Locais

3.20.4.1. Introdução

A Área de Influência da UHE Estreito é pouco expressiva em termos de atividades econômicas urbanas, havendo amplo predomínio do setor primário – cuja produção é baseada numa estrutura fundiária altamente concentrada e que se conformou a partir da implantação da rodovia Belém – Brasília.

Com a construção daquela rodovia, inúmeras mudanças ocorreram na economia regional, verificando-se valorização acelerada do seu entorno com o aumento da acessibilidade, o que resultou na intensificação da penetração da frente de expansão agrícola nacional. Anteriormente à construção da Rodovia Belém-Brasília na região em foco, destacava-se a concorrência entre pequenos e grandes produtores rurais: de um lado, pequenos produtores, em geral migrantes do nordeste que se estabeleceram ao longo da nova rodovia em pequenas áreas (posse), dedicando-se à produção de alimentos, extração de babaçu e pequena criação de gado; e, de outro, grandes proprietários, em sua maioria com origem no Sudeste – atraídos por benefícios fiscais nas décadas de 1960 e 1970, que se dedicaram à pecuária bovina, e, subsidiariamente, à produção de arroz e milho através do sistema de arrendamento para a formação de pastos. O convívio entre essas duas forças vem sendo marcado por intenso processo de expulsão dos pequenos produtores e concentração fundiária, resultando em redução da produção de alimentos e das atividades de extração vegetal, com predomínio da grande propriedade e consolidação da pecuarização do campo.

O baixo dinamismo da economia pecuária da região da AID está intimamente associado com a mudança do eixo dinâmico da economia provocada pela construção da Belém-Brasília, que substituiu as rotas antigas de penetração e do comércio regional - o rio Tocantins, acarretando às cidades ribeirinhas seu definhamento com a perda de suas funções de entreposto e apoio aos fluxos comerciais de larga distância, subsistindo apenas atividades quase exclusivamente extrativas vegetais e agropecuárias. Nas grandes propriedades, a exploração da pecuária é feita pelo uso de pastos naturais combinado com o uso de diferentes formações de cerrado, caracterizando-se como exploração semi-extensiva. Na produção de alimentos, em geral feita em pequena escala e com baixa produtividade, as terras utilizadas são de muito baixa fertilidade natural e sem aptidão para lide agrícola moderna, sendo as principais lavouras o arroz, milho, feijão e mandioca, e a única cultura mais comercial a do arroz. As culturas de vazante, que já foram um fator importante para a subsistência da população ribeirinha, já não têm a importância de tempos passados, da mesma maneira que a atividade de coleta e a quebra do babaçu – trabalho feito principalmente por mulheres e crianças, é praticada em período de entressafra agrícola.

A pesca é bastante reduzida na região do futuro reservatório da UHE Estreito, e é significativa somente a jusante de Imperatriz e do reservatório de Tucuruí. À montante, a pesca existente é, principalmente, atividade de subsistência ou esportiva.

O rio Tocantins é o principal local de referência para o turismo e o lazer da população residente nos municípios situados no entorno e imediações do rio, em particular as praias que

surgem em períodos da vazante do rio, entre junho e agosto, criando-se uma demanda de serviços envolvendo barqueiros, barraqueiros e ambulantes, pousadas e hotéis – estes dois últimos ainda em situação precária e com pouca oferta de leitos.

Os núcleos urbanos dos municípios da AID, desse modo, caracterizam-se por suas funções locais de apoio à produção agropecuária, constituindo-se, em sua maioria, pontos terminais de pequenos fluxos comerciais de varejo, sendo praticamente inexistentes atividades industriais e serviços mais sofisticados, cabendo às prefeituras locais o papel de principal empregador e prestador de serviços. Outro fato que chama a atenção nessas prefeituras é a prática assistencialista, forma de atuação que colabora para reter nas sedes municipais parcela significativa do fluxo migratório das áreas rurais de seu entorno – tornando-se essas cidades em reservatórios de mão-de-obra desocupada ou subocupada.

O município de Estreito, o mais importante e capitalizado dentro da AID, conta com pequeno parque industrial, e apresenta diferenciais em relação aos demais em vista de sua dinâmica econômica mais avançada, assim como Carolina, porém, esta última em menor escala. Estreito, por se localizar na confluência entre a Belém-Brasília e o rio Tocantins, que é também uma divisa interestadual, ocupa posição estratégica de apoio ao tráfego rodoviário, beneficiando-se economicamente por esse fator locacional. Além disso, por possuir terras de melhor aptidão para a agropecuária moderna e boas condições de acessibilidade, a produção primária de Estreito passou por processo de modernização mais intenso. Já Carolina, que na primeira metade do século distinguia-se como uma das principais cidades do Médio Tocantins, destacando-se como entreposto comercial de importância estratégica para o fluxo de mercadorias pelo rio Tocantins, com o aumento da importância do transporte aéreo e rodoviário na região, passou a ser base estratégica para as linhas aéreas em direção ao norte e também em entroncamento viário privilegiado.

As áreas de influência direta e indireta do empreendimento em tela encontram-se em região onde ocorrem grandes investimentos em infra-estrutura que integram os denominados Grandes Eixos de Integração e Desenvolvimento – projetos como a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Araguaia-Tocantins. Esse conjunto de projetos, somados ao da Estrada de Ferro Carajás e Porto de Itaquí, em São Luis/MA, conforma um corredor considerado de alta relevância no âmbito do planejamento estratégico nacional, sendo investimentos que têm forte efeito multiplicador para as economias que serão integradas. Tais investimentos visam prover a região de infra-estrutura de desenvolvimento capaz de escoar, a baixo custo, a crescente produção de grãos da região dos cerrados, além de dotá-la de melhores condições para o desenvolvimento da macrorregião.

A área de influência do empreendimento tende a ser ponto de passagem obrigatório para a exportação da produção agropecuária do Centro-Oeste, Tocantins (municípios de Pedro Afonso e Campo Lindo) e da região sul do Maranhão (Balsas), situação que faz com que municípios como Estreito e Carolina se tornem grandes beneficiários, já que se situam entre os fluxos comerciais das regiões produtoras dinâmicas com os centros fornecedores de insumos modernos - fluxos esses compostos por produtos primários de exportação e semi-manufaturados, de um lado, e, de outro, a importação de insumos para a agropecuária e também máquinas e equipamentos necessários para o beneficiamento de sua produção.

Na análise da região em tela, deve-se considerar outros projetos co-localizados, de grande porte, do setor de energia, como a Usina de Lajeado (Luis Eduardo Magalhães), e de outras programadas para o trecho do Médio Tocantins (Peixe, Tupiratins e Serra Quebrada) -

empreendimentos aos quais também estão vinculados projetos de eclusas para viabilizar a hidrovia anteriormente citada.

Esse conjunto de investimentos tende a modificar, ao menos parcialmente e no médio e longo prazo, a estrutura da divisão social do trabalho regional devido às novas possibilidades de investimentos e geração de maior valor agregado, inclusive para parte dos municípios polarizadores da região. A implantação da UHE Estreito situa-se como empreendimento que irá contribuir fortemente no sentido indicado, sendo elemento sinérgico e alavancador de ganhos de densidade das economias locais, inclusive se tornando região propícia para fornecimento de trabalhadores especializados em execução de grandes obras de infra-estrutura.

Com a criação da nova UHE, existirão novas oportunidades de investimentos e aumento da demanda por mão-de-obra, relativa a serviços e produtos associados direta e indiretamente à construção do empreendimento. Assim, neste Programa, propõe-se um conjunto de medidas já indicadas no EIA, que visam mitigar os efeitos negativos e criar condições para se otimizar as novas oportunidades de investimento surgidas.

3.20.4.2. Justificativa

O total de áreas urbanas afetadas pela construção da UHE Estreito é de cerca de 0,3% da mancha de inundação. Os impactos do reservatório nas sedes municipais de Carolina e Filadélfia serão marginais e localizados em suas interfaces com o rio, e maiores em Babaçulândia e vilas de Palmatuba e Canabrava - devendo essas duas últimas ter suas famílias integralmente relocadas, e Babaçulândia ter perda significativa da mancha urbana com a inundação. Nesse contexto, a especulação imobiliária com terras urbanas tenderá a assumir características locais e limitadas, já que os imóveis e equipamentos afetados deverão ser relocados para áreas já urbanizadas com baixas densidades, expectativa justificada pelo fato de as famílias relocadas serem em pequeno número e de baixíssima renda – portanto, quadro insuficiente para gerar especulação imobiliária significativa no local.

Conforme diagnóstico do EIA, exceto para Babaçulândia, as áreas afetadas caracterizam-se por ser de “beira rio” e, portanto, com dinâmicas e características sócio-culturais próprias de área portuária (atracadouro de balsas e de barcos de transporte e de pesca) e de fiscalização (fronteira interestadual). Nesses locais, a densidade de moradias é rarefeita, e as poucas atividades se resumem a bares que atendem o fluxo de passageiros de balsas. É nessas áreas que também se localizam os meios de hospedagem, destacando-se um hotel em Filadélfia, que tem cerca de 30 apartamentos, restaurante e bar. A Vila de Canabrava, a ser afetada em sua totalidade, caracteriza-se como núcleo de apoio a uma população de baixa renda onde se desenvolvem atividades ribeirinhas. E, como deverá ficar isolada pela inundação do reservatório, necessitará ser relocada, acontecendo o mesmo com a Vila Palmatuba, que será inteiramente inundada.

Conforme diagnóstico, nota-se que a grande maioria dos imóveis urbanos afetados consiste de pequeno comércio varejista e serviços de atendimento local e, com muita frequência, unidades instaladas em imóveis de uso misto (residencial-comercial). Veja, a seguir, a lista de unidades afetadas.

- Hotéis: 1 em Filadélfia e 1 em Babaçulândia.

- Mercearias: 4 em Babaçulândia.
- Bares: total de 8, sendo 5 em Babaçulândia, 2 em Carolina e 1 em Canabrava.
- Açougues: 1 em Babaçulândia e 1 em Canabrava.
- Sorveteria: 1 em Babaçulândia.
- Restaurantes: 3 em Filadélfia.
- Instalação de travessia por balsa: 1 em Babaçulândia.

A construção da barragem de Estreito deverá mobilizar as economias de seu entorno e de municípios pólos de regiões próximas em diferentes graus, mas a maior possibilidade de internalização dos benefícios por cada município está diretamente relacionada ao seu porte econômico e grau de desenvolvimento atual. Por exemplo, no caso de fluxos comerciais de dois dos principais insumos do empreendimento, o ferro e o cimento, estes deverão ser trazidos de pólos situados, em média, a cerca de 750 km do sítio das obras por não haver produção local ou regional, do mesmo modo que uma série de outros bens e serviços em escala empresarial – serviços construtivos e de manutenção, conservação e assistência técnica, que teoricamente poderiam ser contratados no âmbito das cidades afetadas deverão, contudo, orientar-se para Imperatriz e Araguaína. Isso, diante da inexistência ou insuficiência da oferta local, esperando-se ocorrer o mesmo com relação ao fornecimento de mão-de-obra qualificada.

Estreito, e em menor proporção Aguiarnópolis, diante de sua proximidade com o canteiro de obras da barragem, poderão se beneficiar atendendo parte da demanda por mão-de-obra e por produtos e serviços, tanto proveniente diretamente das obras, como da força de trabalho alocada para a mesma. Carolina, devido à localização em eixo rodoviário e também pelo porte urbano e populacional, tende também a se beneficiar da animação econômica propiciada pela construção do empreendimento, assim como Filadélfia e Babaçulândia – essas duas últimas em menor escala. Os benefícios mais evidentes são o aumento da massa salarial circulante e da renda, oriundos tanto do conjunto de obras da nova barragem, como das intervenções de reurbanização de interfaces com o rio, construção de praias artificiais, novas vias e de novos investimentos induzidos pelas oportunidades surgidas.

O projeto de construção de praias artificiais e o Programa de Fomento às Atividades Turísticas contribuirão para induzir novos investimentos. Destacam-se também entre os segmentos mais promissores o imobiliário e o de serviços a ele associado. Sendo as praias artificiais permanentes, haverá aumento da procura por uma segunda residência para fins de lazer e veraneio junto à orla e imediações do reservatório por parte de moradores de cidades próximas, num raio de até 200 quilômetros do empreendimento, e principalmente daquelas com fácil acesso às cidades com praias artificiais, criando-se um mercado imobiliário com perfil diferente do existente no momento atual.

Essa mudança de perfil da demanda turística - de temporária e concentrada em apenas três meses para mercado anual, deverá estimular empreendedores imobiliários a atuarem mais ativamente nesse tipo de mercado. Os empreendedores imobiliários serão importantes agentes participantes do processo de dinamização das economias locais, pois o incremento da atividade da construção civil imobiliária, além de fortalecer o mercado de insumos e

equipamentos de construção civil, e ocupar mão-de-obra de baixa e média qualificação, abundante na região, movimentará outros segmentos produtivos, notadamente o de móveis e decoração. Em ocorrendo empreendimentos imobiliários em maior escala, a região poderá ir se consolidando aos poucos e concretizando sua nova vocação – a de turismo de veraneio e lazer para o ano todo, criando-se oportunidades de trabalho para jardineiros, caseiros, domésticas, prestadores de serviços de manutenção residencial. etc.

O segmento imobiliário, que muitos denominam de indústria imobiliária, congrega um conjunto de produtos e serviços, de lotes a moradias prontas, serviços de arquitetura e engenharia civil, serviços de terraplenagem e drenagem, serviços de construção e instalações elétrica e hidráulica, serviço de corretagem etc., além de gerar serviços para cartórios e tributos diversos. É comum, com o desenvolvimento de projetos imobiliários, que seus investimentos se desdobrem em demanda de uma série de serviços e postos de trabalho associados à manutenção de casas de lazer. Porém, é importante ressaltar que, dadas as características da região, de baixo dinamismo econômico, a expectativa é a de que a oferta de novos loteamentos ou condomínios de lazer não ocorra em grande escala ou em curto espaço de tempo, já que a cultura local é ainda de usufruir as praias do rio Tocantins somente em épocas de vazante – fato que leva a se acreditar que a maior oferta de empreendimentos imobiliários deverá ocorrer associada a mudanças culturais, ou seja, criação de um novo hábito semelhante ao do uso de praias litorâneas, em que a frequência maior ocorre em épocas de férias e feriados prolongados, mas há um fluxo nos fins de semana formado principalmente por possuidores de imóveis.

Assim, os gestores deste programa deverão se preocupar em atrair empreendedores imobiliários e os apoiar na realização de seus projetos, facilitando o acesso a crédito e na indicação de áreas mais propícias para se implantar empreendimentos imobiliários do gênero considerado.

Finalmente, vale mencionar que é durante as fases de implantação e operação da nova usina que se prevê a ocorrência de impulsos maiores para a dinamização das atividades produtivas na região. Os efeitos durante as obras são transitórios, mas, com o início da geração de energia elétrica e sua comercialização, serão ofertados postos de trabalho permanentes, que embora em pequena escala, contribuirão para a formação da renda local. O efeito mais positivo e de longa duração serão para os municípios que terão incrementos de suas receitas públicas, com o aumento da sua participação na geração do ICMS e de receitas provenientes de indenizações pela perda de áreas pela inundação.

Para que o Programa tenha sucesso, será necessário criar e implementar um Plano de Oportunidade de Investimentos, no qual estejam previstos recursos também para sua promoção e divulgação.

3.20.4.3. Objetivos e Público-Alvo

Para mitigar os efeitos resultantes da perda de postos de trabalho, renda e de unidades econômicas urbanas e rurais em consequência da formação do reservatório da UHE Estreito, foi proposto o Subprograma de Elaboração de Plano de Oportunidades de Investimentos e Fomento às Atividades Locais. O objetivo geral a alcançar está relacionado com a criação de condições e formas de apoio à dinamização do desenvolvimento local - mais concretamente o estímulo e direcionamento de investimentos em novas oportunidades de negócios que surgirão durante e após as obras da UHE Estreito, assim como a geração

de emprego e renda em nível regional. Será dado preferência de atendimento às atividades comerciais e de serviço afetadas pelo empreendimento.

Para se alcançar o objetivo indicado, será preciso, portanto, identificar as oportunidades locais de investimento, assim como a potencialidade e sinergia que poderá advir dos projetos co-localizados. Essa linha de abordagem significa dizer que, para se concretizar os objetivos de desenvolvimento local, será elaborado um Plano de Oportunidades de Investimento visando, principalmente, os seguintes objetivos específicos:

- Disponibilizar informação para micro e pequenas empresas a fim de viabilizar seu acesso ao micro-crédito junto a bancos, através de serviço de elaboração de projetos de investimento e/ou de busca de capital de giro.
- Apoiar micro e pequenos empresários para que se organizem de forma cooperativa (por exemplo, cooperativa de compra de insumos e mercadorias, cooperativa de crédito e outros).
- Atrair novos empreendedores de porte médio e grande.
- Favorecer o surgimento de novos empreendimentos e o desenvolvimento dos já existentes, apoiando a incorporação pelos mesmos de técnicas apropriadas de administração e de tecnologia para pequenos e médios negócios
- Avaliar a viabilidade de criação de fundo financeiro para apoio à micro e pequenos empreendedores, incluindo-se no rol de beneficiários os artesãos
- Criar um serviço de atração de investidores - de médio e grande porte, da região e de outras localidades, através da montagem de uma Banco de Projetos de Negócios, sistema no qual as oportunidades de investimentos seriam divulgadas. No plano organizacional e promocional, para se ter maior eficácia dos trabalhos de atração de novos investidores de médio e grande porte, deverão ser elaborados, para os negócios mais promissores, pré-estudos de viabilidade econômico-financeiro - de modo a facilitar os contatos com empreendedores potenciais e também despertar maior interesse dos mesmos.

Público-Alvo

O Público-Alvo deste Subprograma é composto por micro e pequenos empresários locais, incluindo-se nessa última categoria, atividades informais que queiram se formalizar, e por empreendedores locais de pequeno e médio porte, dando preferência aos estabelecimentos localizados na AID. As atividades comerciais e de serviço afetadas pelo empreendimento deverão ser atendidas prioritamente pelo programa.

Outro Público-alvo desse programa é a categoria dos comerciantes e prestadores de serviços identificados na rede de dependências que tiveram comprovadamente interferências em suas atividades afetando sua sustentabilidade econômica e social.

3.20.4.4. Metas

Tendo em vista que a região em foco ainda é fortemente dependente da agropecuária, cuja característica é o baixo índice de adoção de técnicas modernas, e apresenta um mercado regional com pequena escala e poder aquisitivo restrito, será importante que outros programas inter-relacionados sejam também implementados, apoiando outros segmentos, como o de turismo, o de olarias e cerâmicas comunitárias, aproveitamento de coco de babaçu e outros para que sejam atingidos os resultados esperados, com a criação de um ambiente favorável à atração de novos empreendedores de pequeno e médio porte da região para investirem em indústria, comércio e serviços.

Assim, as metas desse Programa, para serem cumpridas no prazo de cinco anos e meio são apresentadas a seguir:

- Criar e implantar Banco de Oportunidades de Investimento e divulgar sua existência, nas áreas afetadas.
- Montar um total de dez propostas de oportunidades de negócios e/ou de projetos de expansão de empreendimentos, de pequeno e médio portes, no prazo de cinco anos, a contar do início das obras do reservatório, as quais serão elaboradas a partir da identificação e análise das melhores alternativas de investimentos pelos gestores do Programa. As propostas deverão constar do Banco de Oportunidades de Investimentos nos municípios afetados.
- Apoiar vinte micro e pequenas empresas no encaminhamento de seus pedidos e/ou projetos a agentes financeiros especializados em concessão de micro-crédito (para investimento ou capital de giro).
- Apoiar micro e pequenos empresários para que se organizem de forma cooperativa (por exemplo, cooperativa de compra de insumos e mercadorias, cooperativa de crédito e outros).
- 3.20.4.5. Procedimentos Metodológicos

É desejável a ampla participação das administrações municipais, estaduais e federais, juntamente com o Empreendedor da UHE Estreito, na implementação deste Subprograma. Parceiros desse Subprograma são também o SEBRAE, Sistema 5S e instituições de ensino superior de economia e administração locais.

Para se elaborar o Plano de Oportunidade de Investimento, deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

- Contratar consultores especializados em projetos de investimento, formando-se um núcleo ativo para identificar e avaliar as melhores oportunidades de negócios de pequeno e médio portes na região afetada pelo reservatório.
- Elaborar o Plano de Oportunidades de Investimento.
- Realizar estudo de viabilidade de Fundo de Financiamento de micro e pequenas empresas.
- Criar Banco de Projetos de Investimentos.

- Divulgar, através das respectivas prefeituras, os projetos de investimentos.
- Apoiar a implantação de projetos de investimentos, em particular apoiando o encaminhamento de interessados na obtenção de crédito para investimento e/ou capital de giro junto entidades pertinentes.
- Elaborar estudo de viabilidade de Fundo Investimento para conceder crédito à micro e pequenos empreendedores.

Criar e implementar estratégia de comunicação do Programa. 3.20.4.6. Descrição do Programa e Atividades

Para a consecução das atividades propostas neste Subprograma, dever-se-á ter apoio de consultores e/ou empresa especializada em desenvolvimento regional, formando-se um núcleo de apoio empresarial, cabendo aos mesmos a responsabilidade de produzir um Plano de Oportunidades de Investimento.

Para o desenvolvimento deste Subprograma, será necessário implementar ações em três sentidos principais, conforme já apontado no EIA, a saber:

Componente A: Elaboração de um Plano de Oportunidades de Investimento, para orientar as Administrações Municipais na atração de novos investimentos junto a pequenos e médios empreendedores.

Componente B: Estudo de viabilidade e montagem de um Fundo, com recursos de instituições financeiras, para financiamento de curto, médio e longo prazo, para micro e pequenas empresas instaladas no local ou a virem se instalar.

Neste componente, os recursos financeiros deverão ser administrados por um banco de investimento, que deverá atender a demanda creditícia das empresas que se deslocarem ou forem implantadas nos municípios, de modo auto-sustentado, e utilizando, sempre que possível, recursos locais.

Componente C: Estudos de viabilidade e pré-viabilidade para a montagem de uma carteira de projetos de investimentos vinculados principalmente às linhas de:

- Investimentos em agroindústrias dos segmentos de maior potencialidade local.
- Investimentos em atividades comerciais e de prestação de serviços vinculadas ao esperado incremento do fluxo de mercadorias e passageiros.
- Financiamento de micro e pequenas empresas que utilizam tecnologia artesanal, especialmente aquelas cujos produtos podem ser vinculados à atividade turística.

Neste componente, cujo objetivo é atender a demanda por crédito de empresas que se deslocarem ou forem implantadas nos municípios, utilizando-se, sempre que possível, recursos locais, e contando com a participação de parceiros, entre eles, prefeituras locais, SEBRAE TO e MA, ONGs e instituição creditícia.

3.20.4.7. Indicadores Ambientais

Para avaliação dos resultados do presente Subprograma, são apresentados, a seguir, indicadores de desempenho, os quais se constituem basicamente em indicadores de resultado de investimentos.

- **Efetiva concretização dos projetos de investimentos** disponibilizados no Banco de Projetos de cada município, assim como de outros que porventura venham a ser implementados devido às novas condições econômicas.
- **Aumento de tomada de crédito para investimento e/ou capital de giro** por parte das novas empresas e/ou para expansão da atividade de empresas pré-existentes. Este indicador poderá ser levantado junto a bancos com atuação local e regional.
- **Aumento do emprego** resultante da implantação de novos empreendimentos ou da expansão dos já existentes é outra referência para se avaliar os resultados do Plano de Oportunidades de Investimento, fenômeno que poderá ser identificado nas respectivas prefeituras que concedem licenças de funcionamento de empresas e entidades como ONGs.
- Alternativamente, o **aumento da arrecadação municipal** de tributos de sua competência - entre eles, o IPTU, ISSQN e ITBI, também servem de parâmetros de desempenho econômico. E, do mesmo modo, a **variação do Valor Adicionado Fiscal** – que serve para definir a alíquota de participação do município na cota-parte do ICMS, é indicador que poderá colaborar para a análise do comportamento econômico municipal e regional.

3.20.4.8. Atendimento a Requisitos Legais

Os principais requisitos legais deste programa referem-se principalmente às condições exigidas por entidades financeiras voltadas à concessão de crédito. Assim, dentre as normas principais, destacam-se: regularidade fiscal e tributária da empresa pleiteadora, apresentação de projeto de investimento e/ou justificativa para pedido de capital de giro, regularidade junto a entidades fornecedoras de crédito e comprovação de adimplência comercial.

Nos casos de micro e pequenas empresas, necessidade de comprovação de faturamento para enquadramento nas linhas de crédito com juro mais favorável.

3.20.4.9. Inter-Relação com Outros Programas

Os programas que têm interface com o Subprograma em apreço são apresentados na seqüência:

- Programa de Monitoramento e Gerenciamento Ambiental.
- Programa de Relocação e Apoio às Atividades Comerciais e de Serviços Afetados
- Demais subprogramas do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Locais, do qual o presente subprograma faz parte;
- Programa de Recomposição da Infra-estrutura Atingida.

- Programa de Comunicação Social e Apoio á População Migrante.
- Faltam programas nesta lista

Esse conjunto de programas tem sua importância em função da necessidade de articulação dos cronogramas, pois o sucesso do presente programa depende parcialmente dos prazos e correta execução das atividades previstas, de modo a se criar um ambiente propício ao investimento.

3.20.4.10. Responsáveis pela Execução do Subprograma e Parceiros Institucionais Potenciais

A responsabilidade pela execução do programa é do empreendedor, devendo o mesmo estabelecer convênios com universidades, presentes no âmbito regional (especialmente Imperatriz e Araguaína), assim como com entidades especializadas no acompanhamento do mercado de trabalho e na qualificação de mão-de-obra, destacando-se o SINE, o SENAI e o SESC, e os SEBRAEs TO E MA, para suporte técnico. É ainda indispensável integração de prefeituras municipais interessadas. Deverão também ser procurados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os organismos estaduais do Maranhão e do Tocantins, voltados ao financiamento e fomento às atividades agroindustriais. No caso do estado do Maranhão, vale lembrar, pode-se obter recursos da SUDAM e SUDENE.

3.20.4.11. Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

Recursos Humanos e Materiais

MÃO-DE-OBRA

Coordenador do Programa –

1 Consultor e/ou Empresa de Consultoria em Investimento

1 Consultor e/ou Empresa de Marketing e Comunicação

SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Plano de comunicação

Campanha de Comunicação

Estudos de viabilidade e pré-viabilidade (de fundo de investimento e negócios)

MATERIAIS E SERVIÇOS

Produção de materiais promocionais (folhetos, placas, banners, brindes, outros)

Passagens Aéreas

Aluguel de Veículo

Combustível

Hospedagem/alimentação

Diversos

Recursos Financeiros

A estimativa preliminar dos custos para execução deste programa é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). O cronograma de desembolso financeiro previsto é apresentado no capítulo 4 deste PBA.

3.20.4.12. Responsável pela Elaboração do Programa

Economista Healty Ken Kobashi

CORECON 19411-5

IBAMA 26437

3.20.4.13. Bibliografia

A situação do trabalho no Brasil/Dieese. São Paulo: Dieese, 2001

ALENCAR, E.; GOMES, M.A.O. Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo. Lavras:UFL, 1998

ALMEIDA, J.A.; BLOS, W. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: UFSM (ed.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Santa Maria: UFSM, 1998

BARRETO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 2.ed. São Paulo: Papyrus, 1997

BELTRÃO, O. Turismo: a indústria do século 21. Osasco: Novo século, 2001

BRUTON, M.J. Introdução ao planejamento de transportes. São Paulo: USP, 1979

CAMPOS FO., C.M. Reinvente seu bairro. São Paulo: Editora 34, 2003

CNEC Engenharia, 2004, Estudos Complementares ao *EIA-RIMA da UHE Estreito*, São Paulo.

CNEC Engenharia S. A., 2002, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Estreito. São Paulo.

GONÇALVES, M.F. (org.) O novo Brasil Urbano. Porto Alegre: Novas Perspectivas, 1995

HAGUETTE, T.M.F.. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987

KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo – para a nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989

LE MOS, M.I.G. (org.) Turismo - Impactos sócio-ambientais. São Paulo: Hucitec, 1996

MMA/Secretaria de Coordenação da Amazônia. Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Brasília, 2002

MARCONI, M.A., LAKATOS, E.M. Técnicas de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999

MARICATO, E. Brasil, cidades. 2.ed. São Paulo: Vozes

ROMEIRO, A.R.; REYDON, B. P.; LEOONARDI, M. L. A. (org.). Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1999

RAUD, C. Indústria, território e meio ambiente no Brasil. Blumenau: UFSC, 1999

RODRIGUES, A. (org.). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1997.

VEIGA, J. E. da. 2000. A Face Rural do Desenvolvimento. Natureza, Território e Agricultura. Porto Alegre: UFRGS.

3.20.4.14. Cronograma Físico

Para o correto desempenho desse programa, as atividades deverão iniciar-se na segunda metade do ano 2, antecedendo o enchimento do reservatório, de acordo com cronograma apresentado a seguir.